



## CRISE DE HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS NO CONTEXTO ATUAL<sup>1</sup>

Róber Iturriet Avila<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo se propõe a averiguar os sinais de incompatibilidade do poder hegemônico americano em face de determinadas circunstâncias observadas no período corrente. Embasado nas noções clássicas de hegemonia, é analisada a capacidade de imposição ideológica progressiva e os primeiros sinais de autonomia política. Adicionalmente, é discutida a fragilidade econômico-financeira, a qual emerge a partir do endividamento público e dos *déficits* fiscais e transacionais. Sob este preâmbulo, é ventilada uma eventual crise de credibilidade na moeda de referência internacional, o dólar. Como resultados destes fatores e de outros aspectos relevantes sobre o processo hegemônico, é constatada a perda de poder por parte dos Estados Unidos.

**Palavras-chave:** Crise hegemônica. Poder americano. Fragilidade econômica.

### 1. Introdução

Episódios recentes na cena internacional têm deixado patente determinadas incongruências do que ocorre com os Estados Unidos da América (EUA) e a sua ambição hegemônica. Embora este país esteja reconhecidamente em uma situação de maior poder relativo,<sup>3</sup> ou seja, persiste com influência sobre o arranjo financeiro internacional e mantém peso político não desprezível, sinais de enfraquecimentos são avistados.

Este artigo tem origem da pesquisa efetuada para a disciplina de Economia Política das Relações Internacionais do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O trabalho se propõe a investigar certos elementos que embasam e sinalizam perda de poder dos EUA, assim como vislumbrar algumas consequências possíveis diante de tais dificuldades. Embora não esteja no escopo do trabalho observar as causas da crise vigente, convém desvelar algumas de suas implicações sobre a posição hegemônica dos EUA.

A presente discussão perpassa por inúmeros fatores que precisam ser analisados com alguma profundidade para desvendar a conjuntura recente, tais como a dominância tecnológica e científica, a supremacia militar e a capacidade de oferecer segurança, o domínio cultural e ideológico, a representatividade das empresas financeiras e não-financeiras (eficiência produtiva), a capacidade de impor sua vontade, a habilidade de legitimar a ordem corrente, a supremacia financeira, seja sob o ponto de vista da moeda internacional, seja pela credibilidade das contas do Estado. Todas estas facetas do poder político, militar e econômico descortinariam os nexos do quadro atual. Contudo, em face aos limites deste artigo, somente determinados pontos serão detalhados, mais precisamente a questão fiscal e a geopolítica.

No tempo que se propõe a discutir a influência dos EUA perante as demais nações, há que pesar, ao menos brevemente, o que se considera por “hegemonia” ou “dominação”, os quais representam este poder. De acordo com a visão de Arrighi (1996, p.27), hegemonia se configura como a “capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”. Nestes termos, é um poder que se explicita pela liderança intelectual e moral, seja ela retratada pela capacidade coercitiva (militar) ou pelo consentimento. No caso da coerção, trata-se de “dominação” apenas. Já o hegemona lidera o sistema de Estados, representando, ou ao menos procurando representar, o interesse geral.

Já Wallerstein (2000, p.255) entende que hegemonia ocorre quando há um desequilíbrio de forças de tal forma que uma grande potência pode impor seus desejos em nível econômico, político, militar e cultural. Este poder advém da eficiência das empresas locais na produção agroindustrial, no comércio e no setor financeiro.

Desta maneira, o autor pontua que a hegemonia se dá quando há dominância simultânea nas três esferas, referendado a preeminência de sua eficiência. Sob esta situação, as demais nações ficam submissas do ponto de vista político e ideológico.

A imposição ideológica se manifesta, geralmente, pela defesa do liberalismo tanto no comércio como no fluxo de capitais. Um contexto liberal permite ao país hegemônico a ampliação de seus mercados, de forma que suas firmas mais eficientes possam exportar para os demais países ou até mesmo instalar filiais neles, remetendo seus lucros para a matriz. Assim sendo, há oposição a barreiras alfandegárias e às políticas que restringem o livre-comércio. No que tange a política, o país hegemônico costuma interferir nos processos internos dos outros Estados. Tal estratégia ocorre

quando as circunstâncias destes países colidem com o poder, ou seja, a intervenção visa assegurar seus interesses e suas vantagens.

Há, ainda, a pujança militar. Wallerstein (2000) expõe que antes de serem efetivamente hegemônias, há relutância em desenvolver as forças militares. Entretanto, à medida que se observa a possibilidade de ocorrer enfraquecimento de forças impositivas no campo político e ideológico, torna-se indeclinável obter poder militar para enfrentar algum eventual rival. Situação esta que também objetiva intimidar os demais Estados e resulta na estabilidade de sua influência hegemônica.

Dado que o autor considera que o período efetivamente hegemônico se dá quando há dominância produtiva nos três setores citados anteriormente, a perda deste poder começa, portanto, quando o setor agroindustrial deixa de ter a mais elevada eficiência produtiva. Diante deste cenário, o país busca resgatar sua liderança através da força política e militar, contudo, é possível manter estas supremacias sem persistir na posição hegemônica.

A organização da sociedade moderna é orientada pela vida material, fato que torna fundamental a análise do poder econômico e financeiro enquanto se pensa nos Estados e nas suas influências mútuas. Contudo, há que destacar outros fatores que estão relacionados à hegemonia. Gramsci (GRUPPI, 1978) destaca que a sociedade é um todo orgânico que se explica pela base econômica, mas não é reduzido a este fator. As instituições da sociedade estão interconectadas com a subordinação cultural.

Ou seja, sob esta visão, conquistar a hegemonia engloba a noção de representatividade cultural de forma que um grupo se apresenta como aquele que atende aos interesses e valores de todos, de tal sorte que há consentimento na liderança exercida, envolvendo a todos no mesmo compromisso. Dado que o grupo hegemônico assume a reivindicação dos demais como sua, torna-se indispensável discutir os aspectos econômicos, haja em vista que as expressões das vontades e dos interesses estão intimamente manifestadas às questões econômicas. Assim, a infraestrutura da vida material possui uma simbiose com a superestrutura ideológica, política, cultural e moral.

Strange (1996) entende que o *structural power* permite que o modo de produção e a base da política econômica global sejam definidos por quem detém tal poder. Este é oriundo do controle sobre a segurança (capacidade de oferecer proteção quando há conflito), da produção (combinação capital/trabalho e consolidação do sistema social), do crédito (possibilidade financeira de controlar o poder de compra) e do conhecimento

(crenças/ideias). Desta forma, há interconexão entre o poder político – que necessita do poder “aquisitivo” – e o poder econômico – precisa da sanção política.

Sob estas bases tocantes à capacidade deliberativa e influência interestatal, cabe analisar o comportamento de algumas destas facetas para se investigar o processo que parece estar se firmando de perda de poder por parte dos EUA. Impõe-se certo refinamento sobre os requisitos mais preeminentes para se verificar como este corpo teórico se manifesta no quadro presente.

## **2. A dimensão econômica**

O aspecto econômico é vital no tempo em que se analisa o poder hegemônico no sistema capitalista. Esta seção será subdividida em três, ancorada na análise de Wallerstein (2000), Gramsci (GRUPPI, 1978), Strange (1996) e Arrighi (1996): uma breve análise sobre a capacidade financeira do Estado americano, uma singela observação dos fatos no que toca à supremacia de eficiência produtiva, a partir das empresas lá domiciliadas, e os possíveis empecilhos à manutenção do dólar como reserva de valor global.

### **2.1 As finanças estatais norte-americanas**

Nos últimos anos, particularmente após o ano 2000, as despesas do governo americano originaram elevada necessidade de financiamento. Tanto para equilibrar o *déficit* fiscal quanto para zerar a conta corrente líquida. Tendo em vista que a crise vigente prejudicou enormemente as contas do governo americano e que alguns destes impactos ainda não foram percebidos nos dados abaixo correlacionados, não é difícil visualizar que a estabilidade dos EUA perante os demais Estados no mundo se fragiliza sob o prisma financeiro.

O constrangimento das finanças estatais pode ser explicitada pelo gráfico abaixo.

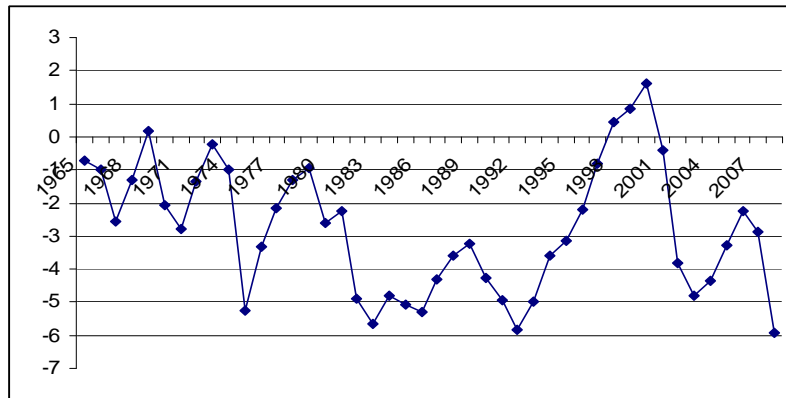


Figura 1 – Resultado líquido do governo norte-americano em percentual do Produto Interno Bruto - 1965-2008  
 Fonte: Bureau of Economic Analysis, elaborado pelo autor.

O financiamento do *déficit* se dá via endividamento público. Em 2008, foi aprovado no congresso americano um pacote de US\$ 700 bilhões<sup>4</sup> para resgatar as instituições financeiras fragilizadas pela crise, porém boa parte seria despendida apenas em 2009. Com vista a estimular a economia através de investimento, proteção social e isenções fiscais, foi aprovado um outro pacote de US\$ 787 bilhões em fevereiro de 2009. Há ainda previsão de um terceiro projeto de medidas que podem chegar aos US\$ 2 trilhões, para reativar o crédito e salvar o sistema financeiro americano (FIORI, 2009).<sup>5</sup> Embora considerável parcela destes gastos ainda não tenham sido percebidas pelos dados, alguma transformação estrutural já pode ser verificada.

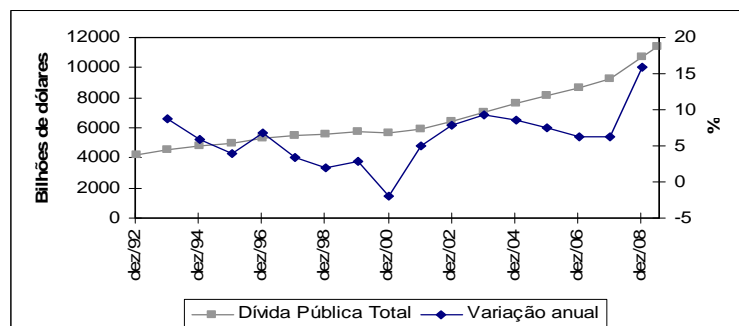


Figura 2 – Dívida pública total em bilhões de dólares e variação percentual da dívida dez/1992 - mar/2009  
 Fonte: United States (2009), elaborado pelo autor.

É notável que a partir de 2000 a dívida pública americana passou a crescer de maneira mais consistente, sendo de destaque o ano de 2008, cuja elevação foi de 15,93%. Em face aos maiores pacotes da história, o problema do endividamento americano assume um caráter explosivo, tornando o país cada vez mais dependente de

outros para fechar suas contas. Perichinsky (2008) expõe que entre 2003 e 2007, o mundo financiou os EUA com US\$ 10 trilhões.<sup>6</sup> Parte deste financiamento tem origem nas despesas com os conflitos no Iraque e no Afeganistão. Ambas guerras custaram aos cofres daquele país US\$ 830,2 bilhões.<sup>7</sup> Convém assinalar que as despesas no Afeganistão iniciaram-se em 2001 e as no Iraque em 2003, anos estes em que a dívida obteve incremento expressivo.

Apesar destes dados, a relação dívida pública total pelo Produto Interno Bruto (PIB) esteve relativamente estável até 2007. Contudo, em 2008, com o início das despesas oriundas da crise, esta relação teve um incremento significativo. Vale acentuar ainda que, em setembro de 2008, antes do auge da crise, a dívida externa bruta atingiu US\$ 13,6 trilhões ou 95,53% do PIB daquele ano (UNITED STATES, 2009).

Cumpra observar que a sustentação econômico-financeira é pilar primordial ao país que deseja manter influência sobre os demais. Os EUA sofrem de carência de recursos e sua dependência financeira é cada vez mais expressiva. Há imposição de recorrência a outros Estados nacionais, os quais ganham mais poder frente ao seu devedor. Erro este cometido pela Grã-Bretanha em fins de seu processo hegemônico. Phillips (1993) entende que “A preocupação excessiva com as finanças econômicas e a tolerância para com as dívidas parecem ser típicas das grandes potências econômicas em seus estágios finais” (PHILLIPS, 1993, p.194 *apud* ARRIGHI, 1996, p.325).

## **2.2 Competitividade empresarial e reflexo na conta corrente**

A eficiência produtiva de determinada região pode ser retratada pelo comportamento da balança de comercial. De maneira mais ampla, a conta corrente (CA) reflete a diferença entre a produção de determinada região e o seu consumo. No mesmo sentido que o *déficit* fiscal, a CA negativa significa endividamento. Geralmente, quando um país está com sua demanda aquecida, sua CA fica negativa. Porém, caso este comportamento seja persistente pode haver a leitura de que se trata de um descompasso estrutural, sinalizando insustentabilidade. No caso dos EUA, o resultado da CA é expresso largamente pelo desempenho das exportações e das importações.

Mesmo que possa ser ventilado que o *déficit* em CA esteja relacionado ao crescimento econômico, não é possível esquecer que ter ela positiva representa eficiência produtiva, sucesso na produção de bens e serviços e vantagens competitivas, uma das bases para o processo hegemônico de acordo com Wallerstein (2000).

Ademais, Arrighi (1996) considera que as multinacionais norte-americanas, mesmo apropriando-se de parte da renda dos países em que estão instaladas, não têm auxiliado na mesma proporção a aumentar a renda da população americana e tampouco têm disponibilizado recursos para o governo. Isto ocorre porque em face de uma instabilidade financeira, há um fluxo grande de capitais, de forma a acentuar o problema.

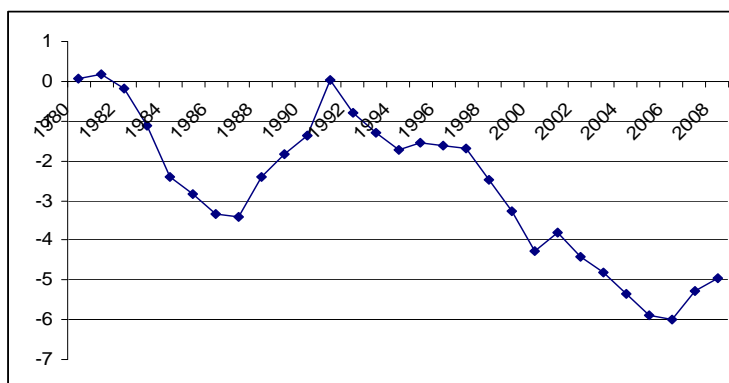


Figura 3 – Saldo em conta corrente dos EUA em percentual do PIB -1980-2008

Fonte: Bureau of Economic Analysis, elaborado pelo autor.

Desta maneira, não é irrelevante pontuar alguns acontecimentos no campo empresarial norte-americano. Sem desconsiderar, ao mesmo tempo, que a imensa maioria das multinacionais é americana. A toda sorte, eventos recentes desestabilizadores saltam aos olhos:

Em 2004, a IBM foi adquirida pela chinesa Lenovo.<sup>8</sup> Ao tempo que a Ford encontra-se em situação delicada, a Chrysler e a General Motors (GM) necessitam de recursos públicos para não falirem – todas elas símbolos da força americana. Ainda em 2008, a Toyota passou a ser a líder mundial no setor automotivo, desbancando a GM, que ocupava a posição desde 1930.<sup>9</sup> A General Eletric enfrenta obstáculos consideráveis.<sup>10</sup> Em 2008, a maior cervejaria americana, a Anheuser-Busch, foi vendida à belgo-brasileira InBev.<sup>11</sup> Em 2005, a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) estava pronta para absorver a Union Oil Company of California, (Unocal), mas os parlamentares americanos vetaram alegando que tal operação seria comprometedora à segurança do abastecimento energético dos EUA. A Dubai Port Authority (DPA) controlaria terminais portuários de mercadorias, de petróleo e de passageiros em Nova Orleans, Miami e Nova Iorque, porém, em nome da segurança

nacional, o projeto foi cancelado. O GM Building, que abriga o Apple Store foi vendido em 2008 para um fundo com capitais de Dubai, Kwait e Catar. O Chrysler Building passou a ser controlado pelo fundo Abu Dhabi (NABA, 2008).<sup>12</sup>

Sem esquecer da importância das empresas financeiras, aspecto acenado por Strange (1996), nota-se que os problemas corporativos persistem. O Lehman Brothers ruiu. Merrill Lynch, Bear Stearns e Washington Mutual Bank – maior banco de poupança do país – foram vendidos antes da falência. O banco Mitsubishi se tornou acionista majoritário do Morgan Stanley. A seguradora AIG, American International Group, necessitou de um auxílio bilionário para não quebrar, mesma situação da Fannie Mae e da Freddie Mac. Perdas comprometedoras foram registradas também no Bank of America, Goldman Sachs e JP Morgan.<sup>13</sup> O Citigroup, maior empresa de serviços financeiros do mundo, enfrenta sérias dificuldades e obteve recursos dos fundos soberanos<sup>14</sup> dos Emirados Árabes, do Kwait e de Cingapura, ao tempo em que o fundo chinês adquiria outra parcela do Morgan Stanley e que os fundos de Coreia do Sul, Cingapura e Kwait adquiriam parte do Merrill Lynch.<sup>15</sup> Além destes, outros fundos soberanos asiáticos e árabes estão adquirindo fatias das empresas americanas, assim como capitais privados destes países (NABA, 2008). Muitas destas instituições necessitam de recapitalização de monta ainda desconhecida. Este quadro pode trazer mais descrença às próprias corporações e também ao governo que arcará com o prejuízo.

Embora isto não represente a bancarrota empresarial norte-americana, pode ser percebido como relevante perda de poder e de representatividade, pilar importante na imposição cultural acentuada por Gramsci (GRUPPI, 1978). Todo este contexto parece contraditório a um país hegemônico. Roberts (2008) argumenta que há uma incongruência com a situação de superpotência e aumento da dependência externa.

### **2.3 O dólar como reserva de valor**

No período anterior a crise, o dólar estava em processo de desvalorização. O gráfico abaixo explicita que entre 2002 e 2008 esta moeda tinha tendência de depreciação em relação ao euro. Contudo, frente ao constrangimento internacional e ao nível elevado de incerteza, a demanda por dólares aumentou no último trimestre de 2008, já que este é visto como um ativo livre de riscos, ocasionando nova apreciação.



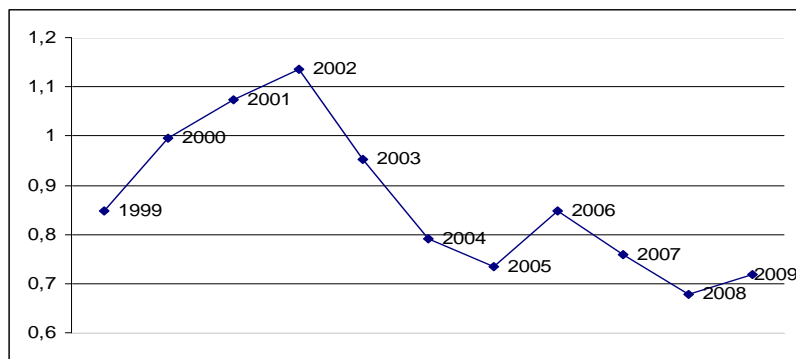


Figura 4 – Taxa de câmbio 1999-2009 (€USD)  
 Fonte: European Central Bank, elaborado pelo autor  
<http://www.ecb.int/>. Acesso em: 20 jun. 2009.

Há que pesar, no entanto, que o incremento nas despesas do governo e a compra de títulos privados pelo *Federal Reserve* (FED), a qual não convém detalhar, tem como contrapartida a emissão monetária. Esta elevada monta de novas notas em circulação ainda não foi percebida porque a incerteza fez subir a demanda por dólares. À medida que a instabilidade for reduzindo, o apetite pela moeda dos EUA também diminuirá.<sup>16</sup>

Qualquer outro país que se encontrasse nesta situação observaria uma depreciação brusca de sua moeda. De toda sorte, um *déficit* em CA tão elevado e persistente como o americano é insustentável a qualquer economia, por mais representativa que ela seja. O governo espera que os pacotes aqueçam a demanda, reduzindo a inadimplência hipotecária e que resultem na venda dos títulos adquiridos pelo FED, revertendo a perda inicial e retirando moeda de circulação. Caso tais títulos privados não sejam vendidos pelo valor que foram comprados, a cobertura deverá ser por títulos públicos com vista ao enxugamento monetário, agravando ainda mais a situação daquele país.

Resende (2009) entende que qualquer que seja o tamanho da economia, há sempre um limite para a capacidade de assunção de dívidas pelo setor público. A partir de certo ponto, entende o autor, referindo-se aos EUA, o aumento da dívida passará a ser percebido como de difícil administração.

Um cenário destes poderia acarretar em insolvência do próprio governo americano, com a consequente perda de confiança, geralmente recuperada com a adoção de políticas fiscais e monetárias restritivas. Porém, há que considerar que o FED dificilmente deixará de acudir a economia enfraquecida. Este ambiente desencadearia em desvalorização do dólar.

Em uma situação deste tipo, não é infundada a especulação de uma nova crise de credibilidade no dólar, dada a desconfiança na economia americana. Haja vista que a abundância de dólares permanece, em uma economia deficitária, cada vez mais endividada e que emite a moeda internacional sem lastro real, ancorada apenas no poder político e econômico, agora fragilizados. Agravando este cenário, temos ainda uma remuneração para os títulos americanos próximos a zero.<sup>17</sup>

Certamente, os EUA não desejam que sua moeda deixe de ser a referência mundial. A própria política monetária dos EUA determina a rentabilidade dos recursos aplicados na dívida americana. Este é o “lastro” do padrão dólar-flexível.<sup>18</sup> Trata-se de uma vantagem excepcional daquele país frente aos demais.

As contradições são grandes. Ao tempo que há refúgio no dólar e nos títulos do governo americano em meio à crise, mesmo por aqueles Estados que se habilitariam como eventuais substitutos hegemônicos, sincronicamente, há fuga ao ouro, que se valorizou intensamente nos últimos meses, como sinaliza o gráfico abaixo.

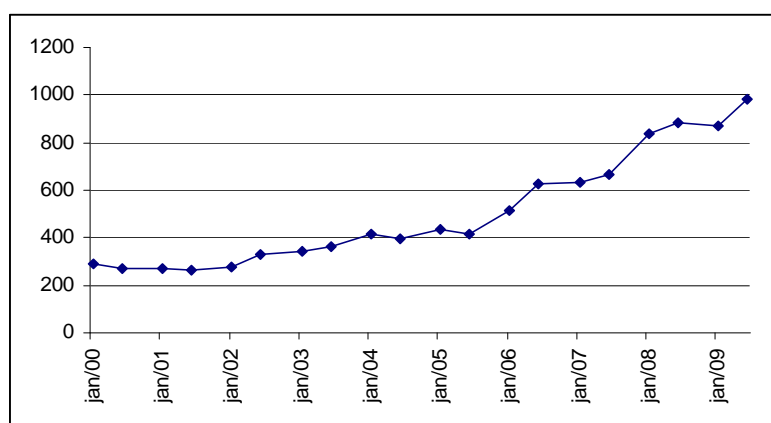


Figura 5 – Preço do ouro em *onça troy* (equivalente a 31,1035 gramas) – USD - Jan/2000 - Jun/2009.

Fonte: <http://www.onlygold.com>. Acesso em: 20 jun. 2009.

O mundo compra dólares porque deseja a reabilitação dos EUA, com vista a exportar a este. Contudo, caso aumente a descrença naquele país e cada nação isolada passar a vender a moeda, a depreciação intensa teria início. Não existe uma moeda realmente apta a substituir o dólar. Contudo, o ouro poderia se habilitar. Em meio a uma fuga do dólar, os EUA se obrigariam a elevar o juro para evitar o colapso de sua moeda e, por consequência, dos demais países que possuem reservas em sua moeda.

### 3. O Aspecto político-ideológico e questões militares

Gramsci (GRUPPI, 1978) salienta que um grupo hegemônico possui a capacidade de influenciar a vontade coletiva a assumir outros valores, crenças, práticas políticas e concepções de mundo diferentes das pregressas. Esta identificação cultural, que encontra nos intelectuais o seu papel central, visa impactar sobre o pensamento político e sobre a organização da sociedade para que a dominância hegemônica seja consentida e para que seus interesses não sejam conflitados. Este convencimento busca conquistar a maioria, abarcando toda a sociedade civil em direção aos interesses hegemônicos.

Estes elementos foram impulsionados pela conjuntura econômica na década de 1980 e 1990. Em face de um período de elevada inflação ao redor do mundo, aliada à estagnação, os países em desenvolvimento acabaram assumindo elevadas dívidas, de tal maneira que eles passaram a ter dificuldades de amortizar suas dívidas devido à escassez de divisas estrangeiras, agravada pelo desinteresse dos agentes financeiros em emprestar recursos.

Para solucionar tais problemas, foram implementadas as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), as quais visavam o equilíbrio externo.<sup>19</sup> Nos períodos de constrangimento de divisas, tais países recebiam auxílio do FMI com condicionantes que objetivavam as condições favoráveis ao crescimento. Nestes termos, a chamada *reforma estrutural*<sup>20</sup> se tornou ordem mundial. Dentre as políticas prescritas destas reformas são notáveis o controle da inflação, inibição do controle de capitais, privatizações, equilíbrio fiscal, desregulamentações, redução da intervenção estatal e aumento da concorrência bancária.

Tais medidas desencadeariam em maior eficiência e equilíbrio nas contas com o resto do mundo. Ao tempo que o FMI acentuava as vantagens de um mercado financeiro internacional livre, os Estados nacionais reduziram a ação na economia e deixavam a cargo do mercado as “políticas” de crescimento. Para tanto, os governos não economizariam em austeridade e nem nas políticas recessivas, uma vez que o desequilíbrio no balanço de pagamentos era diagnosticado como um excesso de demanda ocasionado pela expansão fiscal.

Convém descortinar, no entanto, quais interesses eram atendidos nesta submissão às políticas determinadas pelo FMI e que ideologia está por trás deste discurso. Carvalho (2000, p.8) argumenta que este ambiente está sob o pano de fundo de uma maior participação do Tesouro Americano no FMI e seu consequente incremento

de poder naquela instituição. Desta feita, a liberdade dos mercados financeiros internacionais ficou mais virtuosa sob a visão do FMI.

Para demonstrar os bons fundamentos da economia, os países removiam a regulamentação e aceitavam a liberalização, absorvendo sacrifícios em nome da disciplina. A ideologia da eficiência alocativa era transmitida pelo FMI sob forte influência americana (CARVALHO, 2000). Em assim procedendo, o fundo se intrometia nas decisões dos governos e restringia políticas autônomas, como pontua Carvalho (2000, p.16, tradução própria): “Políticas de longo prazo, por outro lado, são concebidas para prevenir qualquer aventura intervencionista por parte dos governos nacionais que poderiam comprometer o ‘sentimento dos investidores’”.<sup>21</sup>

O alinhamento era, em última instância, ao poder americano. Tavares (1997) caracteriza este período como a retomada<sup>22</sup> da hegemonia americana, já estes tiveram expressiva capacidade de impor o enquadramento econômico-financeiro e político-ideológico, sendo ainda, visualizado como única saída possível.<sup>23</sup> Esta conjuntura se estabelece, segundo a autora, devido à política deliberada pelos EUA com intuito hegemônico e não devido às próprias forças daquele mercado. O cenário da década de 1980 permitiu aos Estados Unidos ditar as novas regras, enquanto os demais países ficavam circunscritos aos ditames daquele. Embora houvesse dominação, ela era consentida por estes países, situação esta definida pela autora como autêntica hegemonia.

Deste modo, não apenas houve a prescrição do caminho a ser seguido, como também ocorreu a influência sobre a vontade coletiva, haja em vista que os políticos eleitos ao redor do mundo, particularmente na América Latina, estavam alinhados com esta estratégia liberal. A própria população acreditava que aquele era o rumo a ser tomado. Houve convergência em torno do projeto político liberal, movimento fortemente relacionado com as ambições dos EUA, tal como asserções de Wallerstein (2000).

Processo este apoiado pelos intelectuais. Cervo (2000) aponta que a maioria deles passou a defender as práticas de liberalização. De forma a eliminar o confronto com o centro, ou seja, aceitando a liderança americana e barganhando a partir desta. De tal maneira que os Estados se adaptaram a este paradigma, sujeitando a estrutura econômica interna aos padrões de inserção econômica internacional. Ou seja, houve apologia à subserviência do projeto concebido no centro capitalista.

Os percalços no transcurso da crise vigente alteraram este ambiente ideológico. Para equilibrar os recorrentes *déficits* externos, segundo os cânones clássicos, dever-se-ia implementar políticas fiscal e monetária restritivas. Adicionalmente, a recomendada redução do Estado na economia teria o papel de dissipar a ineficiência. No entanto, na crise, o governo americano se valeu de intensa intervenção para reduzir os impactos perversos de sua omissão. Contradições estas amplamente discutidas as quais, por este motivo, dispensam maior aprofundamento. É oportuno, entretanto, frisar que este contexto aflorou políticas econômicas mais intervencionistas também em outros países, notadamente no Japão e na União Europeia, impostas pela própria força dos fatos, as quais já se realçam. Isto, em última análise, significa certa perda de influência ideológica dos EUA sobre os demais países.

A perspectiva dos responsáveis pelas diretrizes políticas, que comandam a área econômica dos países, antes submissos e alinhados ao ideário de Washington mudou. Não apenas frente à chamada crise do *subprime*<sup>24</sup>, mas mesmo antes sinais eram transmitidos.

O impacto político de contradições e fraquezas pode ter relação com a vitória de candidatos comprometidos com mudanças em vários países da América do Sul, por exemplo. A eleição de Hugo Chávez na Venezuela em 1998 era a primeira demonstração de que o período chamado de total submissão ao FMI e a Washington estava perto do fim. De forma mais ou menos direta as eleições de Lula no Brasil, Tabaré Vázquez no Uruguai, Nestor Kirchner na Argentina, Evo Morales na Bolívia, Rafael Corrêa no Equador e Fernando Lugo no Paraguai indicam um fechamento de ciclo, ao menos na região.

Alguns autores já visualizavam a redução do poder americano mesmo antes desta crise corrente. Wallerstein (2008) entende que as políticas no governo George W. Bush buscaram atenuar a redução da influência daquele país no mundo. Tal estratégia teria se desencadeado pela demonstração de força e autonomia para afrontar inimigos.

A ameaça militar a eventuais adversários pode evitar problemas de modo a estes desistirem antes mesmo de começar algum conflito. Nesta análise, a invasão do Iraque tinha como fim último intimidar os demais países, fundamentalmente os europeus, e minimizar desafios à unipolaridade estadunidense. Wallerstein identifica que os EUA sofreram uma derrota no Iraque, haja vista as dificuldades de controlar aquele pequeno país.

Correia (2004) acentua no episódio da guerra do Iraque que para defender seus valores, os EUA tiveram uma ação unilateral, desvinculando-se dos tratados internacionais, desafiando inclusive as resoluções da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tal postura de atuar sem a cobertura da organização internacional explicitou a imposição de suas atitudes aos demais Estados, agindo isoladamente por assim ser conveniente aos próprios interesses. Posição esta que, segundo Wallerstein (2008), não intimidou os europeus, mas, ao contrário, distanciaram-nos geopoliticamente dos EUA. Nesta mesma linha, Arrighi (2007) acena que esta postura pode abalar a autoridade moral dos EUA. De forma a arranhar sua imagem e sua cultura que “inspira o mundo”.

É incontestado que os EUA possuem a mais poderosa força militar do mundo. Há, adicionalmente, uma distância crescente entre a potencialidade militar estadunidense e dos outros países de forma que sua capacidade é superior à soma das forças militares do resto do mundo, segundo Correia (2004). Os EUA estão também na fronteira tecnológica se destacando como o país que mais investe em pesquisa e que possui elevado nível de escolaridade da população.

Mesmo assim, as posições unilaterais na área militar ocasionaram certo desconforto na cena internacional. Ao mesmo tempo, os EUA passam a depender mais dos outros países para financiar suas contas. Dentre os diversos autores que apontam a emergência de jogadores com mais força, Roubini (2008) destaca a ascensão: a) do Brasil – como líder regional e com maior peso global, b) da Rússia – com espaço militar na região e capacidade financeira, c) da China – com investimentos na África e na América Latina e com expressiva capacidade econômica, além de d) Índia e e) África do Sul. Tais países, aliados aos árabes, representam grande parte dos credores americanos e deixam os EUA mais vulneráveis, mesmo que, por hora, seja de interesse destes a recuperação americana. Ainda assim, erros geopolíticos e financeiros deixam os EUA mais expostos a fragilidades. Torna-se visível o aumento de jogadores na cena internacional, permitindo maior capacidade de negociação a estes e maior autonomia de políticas, tais como as observadas na América do Sul.

#### **4. Considerações finais**

A despeito de seu enfraquecimento econômico-financeiro e da menor capacidade de impor suas prescrições, a supremacia militar americana é indiscutível. Existem, portanto, contradições nestes aspectos: há sinais de força e de fraqueza. Mesmo que Wallerstein (2000) afirme ser possível uma supremacia sem a hegemonia, não se pode afirmar que os EUA deixaram esta posição.

Ainda assim, é possível constatar episódios em que o consenso não foi atingido, ou seja, não havia consentimento sobre a dominação, como na invasão do Iraque e a forte resistência de representativas economias europeias. Adicionalmente, posturas não coerentes com a visão dos EUA ganham força, especialmente na América Latina.

No campo econômico e financeiro, é evidente a fragilidade atual visível através de sua conta corrente com trajetória insustentável. Sem esquecer do elevado endividamento do Estado americano, da perda de representatividade de suas empresas e também da abundância de dólares que expõem esta moeda à depreciação.

Todavia, conforme Tavares (1997) explora, houve, no passado, situações de constrangimento os quais foram superados diante de mudanças em políticas monetárias e de revigoração na força geopolítica dos EUA. Nesta linha, os citados pacotes têm espaço para revitalizar a economia americana, assim como a confiança em sua moeda, mesmo que o endividamento seja elevado.

Se por um lado, Wallerstein (2000) considera que a dominância agroindustrial tenha sido perdida, de modo que a eficiência produtiva seja menos competitiva, e, adicionalmente, Arrighi (1996) desenvolva seus estudos para postular que há um declínio do poderio americano, cujo início teria ocorrido nos anos 1970 com a *crise sinalizadora*<sup>25</sup>; por outro lado, deve ser reconhecido que existe uma força militar e política não rivalizada no presente momento. De toda a sorte, pode ser afirmado também que houve alguma perda de poder diante de todo este contexto.

A reação unilateral e belicista, o aumento do antiamericanismo pelo mundo, a dependência econômica vista nos sucessivos *déficits* fiscais e comerciais e, por fim, a deflagração da crise que iniciou em 2007 e que se agravou em 2008 permitem que quaisquer sugestões sobre o nascimento de uma nova estrutura geopolítica mundial ao menos seja merecedora de algum crédito. Entretanto, apesar de diversos indícios, não é possível prever com exatidão o momento em que os EUA deixarão de ser o principal país e passarão a mais um jogador na cena internacional, e nem se isso efetivamente ocorrerá. Sua força militar e tecnológica nos indica que ao menos no médio prazo não há espaço para uma nova superpotência mundial. Não é difícil, contudo, vislumbrar um

futuro multipolar, tendo os EUA como a maior economia, convivendo com grupos fortes, existindo, ainda, dependência mútua.

Artigo recebido em 10/03/2009. Aprovado em 23/06/2009.

### *Crisis of United States hegemony in the present context*

**Abstract:** This paper is proposed to investigate the signs of incompatibility of American hegemonic power in face of some circumstances observed in the current period. Based on traditional notions of hegemony, is considered the past ability to impose ideology and the first signs of political autonomy. Additionally, it discusses the economic and financial fragility, which arises from the public debt, fiscal and transactional deficits. In this preamble, is considered the possibility of a credibility crisis in the international currency of reference, the dollar. As a result of these factors and other aspects of the hegemonic process, the findings suggest a loss of United States power.

**Key-words:** Hegemonic crisis. American power. Economic fragility.

<sup>1</sup> Artigo foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - Brasil.

<sup>2</sup> Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente faz mestrado em Economia na linha de Economia do Desenvolvimento na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: roberiturriet@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> O termo “poder relativo” faz referência à posição de maior poder de um Estado frente aos demais e de sua capacidade de impor posturas. Ou seja, é utilizado, neste artigo, como sinônimo de “hegemonia”. Sendo os elementos que embasam tal situação os mesmos que explicam a posição hegemônica.

<sup>4</sup> O custo final foi de US\$ 850 bilhões em virtude das articulações políticas para que o pacote fosse aprovado.

<sup>5</sup> O autor entende que “Trata-se de uma reação emergencial e pragmática frente à ameaça de colapso do poder dos Estados e dos bancos e, como consequência, dos sistemas de produção e emprego” (FIORI, 2009, p. A9).

<sup>6</sup> Dívida pública e privada somadas.

<sup>7</sup> Informação retirada de: COST of War to your community. Disponível <[http://www.nationalpriorities.org/costofwar\\_home](http://www.nationalpriorities.org/costofwar_home)>. Acesso em: 19 jun. 2009.

<sup>8</sup> Ver matéria em CAETANO; LAHÓZ, 2005.

<sup>9</sup> Ver notícias sobre montadoras em: GM e Chrysler podem falir para pagar empréstimo do governo. *Agência Financeira*. Disponível em: <<http://www.agenciafinanceira.iol.pt>>. Acesso em: 9 fev. 2009.

<sup>10</sup> Ver: LUCRO da GE cai no primeiro trimestre e desaponta investidores. *Folha Online*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 9 fev. 2009.

<sup>11</sup> Ver: INBEV compra fabricante da Budweiser por US\$ 52 bi e torna-se líder global. *Folha Online*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro>>. Acesso em: 9 fev. 2009.

<sup>12</sup> As demais informações não referenciadas anteriormente estão disponíveis em Naba (2008).

<sup>13</sup> As informações sobre as instituições financeiras podem ser encontradas em: PESSIMISMO. *Revista Analise*. Disponível em: <<http://revistaanalise.ning.com/>>. Acesso em: 9 fev. 2009.

<sup>14</sup> Os fundos de riqueza soberana são recursos consolidados em divisas estrangeiras, as quais são acumuladas pelos resultados do Balanço de Pagamentos dos países. De uma maneira geral, estes recursos advêm de saldos em vendas de produtos primários, ou seja, os chamados países em desenvolvimento os possuem. Tais disponibilidades de governos são aplicadas em destinos mais rentáveis do que títulos governamentais, com vista à maior retorno financeiro e ao consequente poder político. Ver mais detalhes em: SOBRE os fundos soberanos. Disponível em: <<http://www.acionista.com.br/mercado>>. Acesso em 18 jun. 2009.

<sup>15</sup> Informações encontradas em: WARDE, Ibrahim. *Capitalismo global*. Disponível em: <<http://www.dobarreto.g12.br/arquivos/temporario>>. Acesso em: 09 fev. 2009.

<sup>16</sup> À medida que o FED compra títulos do governo, há emissão de moeda. Isto traz também endividamento público. Embora na década de 1990 tenha havido endividamento do governo americano, existia a capacidade de ser desempenhada a função de mercado mundial ao mesmo tempo em que havia



---

vontade do resto do mundo financiar este processo e as despesas militares dos EUA. Período da *Belle époque*, caracterizada por Arrighi (2007). Conjuntura diferente da atual.

<sup>17</sup> A rentabilidade dos títulos americanos varia entre 0 e 0,25.

<sup>18</sup> Em 1968, os EUA mudam sua política monetária de modo que o governo deixa de converter ao público o dólar para o ouro. Em 1971, deixa de converter também aos demais governos. Tal situação difunde certa desconfiança no dólar, o que faz aumentar a especulação financeira sobre as moedas, principalmente sobre o dólar. Instala-se também certa desconfiança sobre a capacidade dos EUA de gerenciar esta crise. Contudo, os EUA conseguem impor sua moeda como meio de pagamento internacional através de sua política monetária e de sua força geopolítica. No novo quadro, o dólar não possui mais lastro e sua circulação está baseada na confiança em sua economia. Ver Tavares (1997) e Arrighi (1996).

<sup>19</sup> Para maiores informações sobre o Consenso de Washington, consulte: WILLIAMSON, John. *The Washington Consensus as policy prescription for development*. IIE – Institute for International Economics, Washington. Disponível em: <http://www.iie.com/publications/papers/williamson0204.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2009.

<sup>20</sup> Políticas econômicas que visam a liberalização comercial e financeira, assim como a menor interferência do Estado na economia. Ver Carvalho (2000).

<sup>21</sup> “Long-term policies, on the other hand, are designed to preclude any interventionist adventure by national governments that could jeopardize ‘investors sentiment’”.

<sup>22</sup> É utilizado o termo “retomada” porque, no ambiente do final da década de 1970, vislumbrava-se a Alemanha e o Japão como centros poderosos capazes de encaminhar uma multipolarização, mas que não se verificou, devido à vitória ideológica americana.

<sup>23</sup> Embora houvesse dominação, ela era consentida por estes países, situação esta definida pela autora como autêntica hegemonia.

<sup>24</sup> Créditos concedidos a clientes com menor poder aquisitivo, geralmente sem capacidade de oferecer garantias reais, tidos, por este motivo, como de segunda linha.

<sup>25</sup> A crise sinalizadora precederia a crise terminal, a qual finaliza uma liderança ou um ciclo sistêmico de acumulação, neste caso o norte-americano. Arrighi (1996) analisa esta crise nos anos 1970 sob três aspectos: militar, ideológico e financeiro. Respectivamente, devido às dificuldades no Vietnã, devido à falta de legitimidade do anticomunismo e devido à incapacidade do governo americano sustentar o padrão monetário no colapso de Bretton Woods.

## Referências:

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: UNESP, 1996.

\_\_\_\_\_. *Adam Smith in Beijing*. Lineages of the Twenty-First Century. New York: Verso, 2007.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. *U.S. International Economic Accounts*. Disponível em: < <http://www.bea.gov/> >. Acesso em: 9 jun. 2009.

CAETANO, José Roberto; LAHÓZ, André. A China vai conquistar o mundo e sua empresa está na mira. *Revista Exame*, São Paulo, n.9, p.20-35, abr. 2005.

CARVALHO, Fernando José Cardim de. The Changing Role and Strategies of the IMF and the Perspectives for the Emerging Countries. *Revista de Economia Política*, São Paulo, vol. 20, n. 1, p. 3-17, jan.-mar. 2000.

---

CERVO, Amado Luiz. Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, n.2, p. 5-27, 2000.

CORREIA, Pedro de Pezart. Império mundial e acções preventivas. In: CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE, 1, 2004, Serpa. Disponível em: <<http://resistir.info/serpa/anuncio.html>>. Acesso em: 19 jun. 2009.

EUROPEAN CENTRAL BANK. Disponível em: <<http://www.ecb.int>>. Acesso em: 17 jan. 2009.

FIORI, José Luís da Costa. Os economistas e a crise. *Valor Econômico*, São Paulo, p. A9, 25 fev. 2009.

GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

JALIFE-RAHME, Alfredo. *El síndrome Sansón de EEUU y el nuevo orden financiero multipolar*. Disponível em: <<http://www.socialismo-o-barbarie.org>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

KATZ, Cláudio. *Lección acelerada de capitalismo*. Disponível em: <<http://www.socialismo-o-barbarie.org>>. Acesso em: 8 out. 2008.

NABA, René. *Geoeconomía mundial: un cambio estratégico*. Disponível em: <<http://www.socialismo-o-barbarie.org>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

PERICHINSKY, Leonardo. Crisis Financiera internacional. El lado oscuro de los fundamentos. *Entrelíneas de la Política Económica*. Buenos Aires, n. 14, p. 3-12. Disponível em: <<http://www.socialismo-o-barbarie.org>>. Acesso em: 26 dez. 2008.

PHILLIPS, Kevin. *Boiling Point*. Point: Republicans, Democrats, and the decline of Middle-class Prosperity. Nova York: Random House, 1993. *Apud* ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. Dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: UNESP, 1996.

RESENDE, André Pinheiro de Lara. Sem lugar para festas, Eu & Fim de Semana. *Valor Econômico*, São Paulo, p.4-13, 9 de jan. 2009.

ROBERTS, Paul Craig. *¿Una superpotencia hegemónica...dependiente del capital extranjero?* Disponível em: <<http://www.socialismo-o-barbarie.org>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

ROUBINI, Nouriel. *La decadencia del Imperio Americano*. Disponível em: <<http://www.socialismo-o-barbarie.org>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

STRANGE, Susan. *The retreat of the state: The diffusion of power in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

---

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís (Org). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. p.27-53.

UNITED STATES. *Department of the Treasury*. Disponível em: <<http://www.treasurydirect.gov/NP/NPGateway>>. Acesso em: 8 mar. 2009

WALLERSTEIN, Immanuel. Impasses e transformações para o século XXI. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando; SILVA, Juremir Machado da (Org). *Fronteiras do Pensamento – Retratos de um mundo complexo*. São Leopoldo: UNISINOS, 2008. p.385-397.

\_\_\_\_\_. *The essential Wallerstein*. New York: the New York Prees, 2000.